



## Plenário pode votar projeto que protege marca de alto renome

Proposta, que está na pauta da semana, cria regras para preservar nomes de empresas com elevado conceito reconhecido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Jonas Pereira/Agência Senado — 12/3/2019



O projeto que pode ser votado impede que uma empresa peça ao Inpi registro de marca que já tenha o título de alto renome, mesmo que ela seja de outro ramo

O Senado pode votar a partir de amanhã um projeto que estabelece normas para proteção especial de marcas de renome. O texto, que veio da Câmara, permite ao proprietário de uma marca industrial pedir ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial o reconhecimento do alto renome, título que impede o registro de outra empresa com esse nome, ainda que seja de outro ramo.

Também pode ser votado esta semana o projeto que anula o decreto presidencial de dispensa de visto para cidadãos dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e da Austrália. **3**

### ARQUIVO **S**

#### Há 100 anos, presidente do Brasil foi eleito sem campanha

Em 13 de abril de 1919, os brasileiros elegeram o presidente Epitácio Pessoa, que havia passado todo o período eleitoral na França. Ele só chegaria ao Brasil em julho, uma semana antes da posse. Epitácio chefiara a delegação enviada à Conferência de Paz de Paris. As engrenagens políticas da Primeira República permitiam que o candidato oficial vencesse a eleição sem fazer campanha. **4**



Epitácio foi eleito enquanto chefiava delegação em Paris

Boim - Library of Congress

#### Projeto combate fraudes em cotas eleitorais para mulheres

A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto que tenta coibir fraudes na cota de gênero do sistema eleitoral e incentivar as candidaturas femininas. Os partidos políticos devem dedicar ao menos 30% das candidaturas para o gênero menos representado.

A proposta busca impedir o uso de candidatas-laranja, ou seja, mulheres que concorrem apenas no papel, para que o partido cumpra a cota, sem realizar a campanha de fato. **3**

#### Sessão especial enaltece bombeiros de Brumadinho

O Senado promoveu na sexta-feira uma sessão especial em reconhecimento ao trabalho dos bombeiros de todo o país que atuaram na operação de resgate das vítimas do rompimento da barragem de

rejeitos tóxicos da Vale na Mina Córrego do Feijão. No final do evento, requerido por Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Luis Carlos Heinze, Alessandro Vieira, Leila Barros e Styvenson Valentim, o Plenário fez

um minuto de silêncio em homenagem às vítimas.

Pelos números mais recentes, são 216 mortos e 88 desaparecidos. O Rio Paraopeba, afluente do São Francisco, foi destruído pela lama tóxica. **2**



Senadores pediram por melhores salários e aposentadoria especial para os bombeiros militares durante o evento

Marcos Oliveira/Agência Senado

#### Índios pedem manutenção de secretaria de saúde

A Comissão de Direitos Humanos recebeu lideranças de povos indígenas do Pará e de Mato Grosso, que denunciaram violência na demarcação

de terras, falta de diálogo das autoridades, falhas na vacinação e irregularidade no trabalho dos médicos. Elas pediram apoio para a

contração de profissionais de saúde para as tribos e pediram que a Secretaria Especial de Saúde Indígena permaneça no Ministério da Saúde. **2**



Na Comissão de Direitos Humanos, senador Paulo Paim (C) debate com lideranças de povos indígenas políticas de saúde

Edilson Rodrigues/Agência Senado

#### MP da contribuição sindical começará a ser analisada

Deve ser instalada nesta semana a comissão mista que vai analisar a medida provisória que impede o desconto em folha da contribuição sindical. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao receber um grupo de sindicalistas acompanhados do senador Randolfe Rodrigues. Os nomes já foram indicados. **3**

# Bombeiros de Brumadinho são exaltados em Plenário

Sessão especial na sexta-feira teve um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do rompimento de barragem de rejeitos da Vale na Mina Córrego do Feijão, na cidade mineira, em 25 de janeiro

COM UM MINUTO de silêncio em homenagem às vítimas do rompimento da barragem de rejeitos tóxicos da mineradora Vale em Brumadinho (MG), o Senado encerrou a sessão especial na sexta-feira em reconhecimento ao trabalho dos bombeiros que atuaram na operação de resgate.

A catástrofe aconteceu no dia 25 de janeiro e o balanço mais recente aponta 216 mortos, 88 desaparecidos e 395 localizados. A lama tóxica destruiu o Rio Paraopeba, afluente do Rio São Francisco.

O requerimento foi de Soraya Thronicke (PSL-MS), Jorge Kajuru (PSB-GO), Leila Barros (PSB-DF), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Alessandro Vieira (PPS-SE) e Styvenson Valentim (Pode-RN).

— A chama da salvação se acendeu com a atuação dos senhores, que dia e noite trabalharam para salvar as vidas e resgatar os que sucumbiram à lama e para permitir que suas famílias pudessem tocar pela última vez os entes queridos que se foram nessa impronunciável tragédia — disse Soraya.



Viana, Soraya, Anastasia e Marcos do Val com comandantes de MG e MS

Um dos homenageados foi o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Edgard Estevo da Silva. Ele destacou a atuação com outros órgãos, como a Defesa Civil, as Polícias Militar e Civil de Minas Gerais e o apoio de vários estados e do governo.

O comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, Joilson do Amaral, afirmou que para ser um bombeiro militar é preciso pensar sempre no outro.

Para Marcos do Val (PPS-ES), que propôs um voto de louvor em nome do Senado, o reconhecimento deve ser dado na prática, com melhores salários, carreira adequada, e aposentadoria especial, que

também foi defendida por Paulo Paim (PT-RS).

Os senadores lamentaram o fato de o Brasil não ter aprendido com a rompimento de outra barragem da Vale, em Mariana (MG), em 2015, quando foram contados 19 mortos e o Rio Doce foi destruído.

— É necessário um esforço nacional para que todas as barragens se enquadrem, sempre, nos padrões internacionais de segurança — afirmou Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Para Carlos Viana (PSD-MG), relator da CPI de Brumadinho, é preciso avançar em uma legislação preventiva.

— Temos que trabalhar o que hoje o Corpo de Bombeiros faz muito bem, que é a prevenção.

# Índios temem extinção de órgão de saúde indígena

Uma comitiva dos povos caiapó e panará, do Pará e de Mato Grosso, comandada pelo cacique Raoni, foi recebida na sexta-feira pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS). Os índios pediram apoio para mudanças na política do

governo de assistência à saúde dos povos indígenas, preocupados com a possibilidade de extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

O líder Megaron Txucarãmã denunciou falhas nos programas de vacinação e falta de regularidade do trabalho

dos médicos.

— A preocupação é com a nossa subsistência, nossa terra, nossa floresta e o meio ambiente. Precisamos de respeito e que o governo continue a proteger e cuidar da nossa saúde.

O Ministério da Saúde estuda passar aos estados e municípios parte do atendimento à saúde indígena. Porém, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira, o ministro Luiz Henrique Mandetta negou que a pasta tenha intenção de extinguir a Sesai, e disse que dialogará com lideranças indígenas e autoridades de saúde estaduais e municipais.



Senador Paim (2ª à esq.) recebe lideranças indígenas para debater saúde

## Izalci Lucas destaca necessidade de maior debate sobre reforma

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu na sexta-feira que haja um amplo debate sobre a proposta de reforma da Previdência. Na opinião do senador, há um consenso sobre a necessidade de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, mas nenhum segmento quer abrir mão de benefícios.

— Acho que a população precisa entender que temos que fazer a reforma. Como vamos fazer é o que temos que debater ao máximo. Precisamos, realmente, ter todos os elementos.



## Mudanças vão prejudicar os mais jovens, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira que os brasileiros mais jovens serão os mais prejudicados com a reforma da Previdência. A advertência foi feita após o senador registrar, em Plenário, uma mensagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que demonstra preocupação com a proposta apresentada pelo governo, apesar de reconhecer a necessidade de a Previdência ser avaliada.

— Os jovens serão os grandes prejudicados porque, quando entrarem no sistema, não vão ter mais seguridade social. Eles vão ter fundo privado de uma poupança — disse.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

### CDH Fake news

9h Audiência para debater influência do fenômeno das fake news na sociedade.

### INSTITUCIONAL Jovem Senador

13h Premiação às escolas do DF.

### CDH Autismo

14h Audiência para celebrar o Dia Internacional de Conscientização do Autismo.

### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

### CDH Segurança nas escolas

9h Debate sobre segurança nas escolas.

### CAE Estatuto dos Animais

10h Entre 8 itens, o PLS 631/2015, que institui o Estatuto dos Animais.

### CI Diretor da ANTT

11h Debate com o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Mario Rodrigues Junior.

### SESSÃO SOLENE Agenda da Indústria

11h Lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2019.

### CE Ayrton Senna

11h30 O PLC 45/2018, que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna, é um dos 16 itens.

### CTEC Requerimentos

11h30 Análise de requerimentos.

QUARTA

### MP 855/2018 Vendas na Eletrobras

14h30 Análise de relatório.

### CAS Doping no fisiculturismo

9h Pauta de 7 itens. Depois, audiência pública sobre uso de doping nos treinamentos e competições de fisiculturismo no Brasil.

### CDR Caruaru e Campina Grande

9h Entre 13 itens, o PLS 789/2015 — Complementar, que cria polo econômico em Caruaru (PE) e Campina Grande (PB).

### CPI DE BRUMADINHO Depoimentos

10h Funcionários da Vale, da Tractebel Engineering e da TÜV SÜD Brasil.

### PREVIDÊNCIA Instalação

14h Instalação da comissão de acompanhamento da reforma da Previdência.

### MP 859/2018 FGTS para filantrópicas

14h30 Análise de relatório.

### MP 867/2018 Regularização ambiental

14h30 Análise do plano de trabalho.

### MARCO MULHERES Voto Feminino

16h Abertura da exposição Voto Feminino

SEXTA

### SESSÃO SOLENE 300 anos de Cuiabá

11h Homenagem aos 300 anos da capital de Mato Grosso.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Bulte  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pedido de urgência para votar o projeto que cancela o decreto presidencial sobre vistos já foi apresentado

## Reconhecimento de marca de renome pode ser votado

Projeto cria regras de proteção especial para nomes de empresas reconhecidas pelo Inpi como de alto conceito. Proposta que anula decreto presidencial sobre fim de vistos também pode ir a votação no Plenário

O PLENÁRIO PODE votar esta semana projeto que cria regras para proteção especial de marcas de renome. O PLC 86/2015 permite ao detentor de uma marca industrial pedir ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) o reconhecimento, a qualquer tempo, do “alto renome” de sua marca registrada — título que lhe garante proteção especial.

Ser uma marca de “alto renome” possibilita proteção em todos os mercados, não apenas

naquele em que ela atua. Tramontina, por exemplo, é uma das 41 marcas reconhecidas pelo Inpi como de alto renome, o que garante que nenhuma empresa poderá pedir registro com esse nome ou marca, ainda que seja de outro ramo.

Outro projeto que pode ser votado é o que reverte decreto presidencial de dispensa de visto para cidadãos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e do Japão. O decreto foi publicado durante a visita

do presidente da República, Jair Bolsonaro, aos Estados Unidos. A dispensa do visto valerá a partir de 17 de junho.

O PDL 68/2019 ainda não está na pauta, mas o pedido de urgência com as assinaturas de líderes partidários já foi apresentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor do projeto. O senador argumenta que o decreto fere o princípio da reciprocidade, já que o Brasil não tem dispensa de visto para entrar nos quatro países.

## MP sobre contribuição sindical terá comissão mista

A comissão mista da medida provisória que impede o desconto em folha da contribuição sindical será instalada nesta semana. O anúncio foi feito na quinta-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, ao receber um grupo de sindicalistas acompanhados do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Davi disse que conversaria

sobre a MP 873/2019 com a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP).

— Estou imbuído em ajudar e vou conversar com os parlamentares da comissão. Entendo que o dispositivo que permite pagamento de imposto sindical apenas por boleto bancário é inconstitucional.

Randolfe disse que os integrantes do colegiado já foram indicados e há mais de 400 emendas apresentadas para modificar o texto.

A instalação do colegiado atende pedido dos sindicalistas, pois eles querem a rápida votação da MP, e argumentam que os recursos para manter os serviços estão se esvaindo.

## Acir Gurgacz pede agilidade para liberar obras da BR-319

Na quinta-feira, a BR-319 completou 43 anos de abertura e, desde então, não passou por nenhum processo de manutenção, afirmou Acir Gurgacz (PDT-RO). O senador disse que há 20 anos a rodovia, que liga Manaus a Porto Velho, está parada. Ele pediu celeridade ao Ibama na liberação do licenciamento ambiental para início das obras de recuperação.

— A paralisação das obras impede o escoamento da produção entre os estados de Rondônia e do Amazonas, entre tantos outros transtornos. Nós precisamos dessa rodovia.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Confúcio quer regularizar áreas rurais em Rondônia

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu na sexta-feira a regularização fundiária das propriedades rurais de Rondônia. Segundo o senador, no estado há 70 mil terras sem documentação. A situação desencadeia conflitos agrários violentos por disputa de posse de terras, afirmou.

— Como pode o governo federal ter a posse das terras onde tem gente que trabalha há 30, 40 anos? Isso é judiação demais. Se nós regularizarmos as terras, darmos a documentação, a escritura e o título de posse a essa gente, nossa riqueza dobra em cinco anos.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Kajuru defende maior participação feminina na política brasileira

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou na sexta-feira que o mês de março foi marcado por notícias e discussões sobre a violência contra a mulher e ressaltou a necessidade de aumentar a representação feminina na política. Para ele, não é apenas um problema de quantidade ou de proporção. A questão é política, é de representação, disse.

— As mulheres brasileiras conquistaram o direito de voto em 1932. Paradoxalmente, as mulheres compõem a maior parte do eleitorado, 52%, mas têm apenas 15% de representatividade política.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Senado analisa projeto para combater fraudes nas cotas eleitorais de gênero

O Senado analisa projeto que tenta coibir fraudes na cota de gênero do sistema eleitoral e incentivar as candidaturas femininas. O PL 1.541/2019 tramita na Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, seguirá para a Câmara.

De acordo com a legislação eleitoral brasileira, os partidos políticos devem dedicar ao menos 30% das candidaturas para o gênero menos representado. No entanto, é comum a presença das candidatas-laranja, ou seja, mulheres que concorrem apenas no papel, para que o partido cumpra a cota, sem realizar a campanha de fato.

Para impedir essa prática, a proposta da senadora Mailza Gomes (PP-AC) altera as leis 9.504, de 1997 (Lei das Eleições), e 4.737, de 1965 (Código Eleitoral), tornando mais rigorosa a punição para o descumprimento da norma. De acordo com o texto, qualquer candidato, partido político ou o Ministério Público Eleitoral poderá fazer representações à Justiça Eleitoral, no prazo de até 180 dias da diplomação, com objetivo de relatar fatos e pedir a abertura de investigação judicial para apurar descumprimento da cota de gênero.

### Estímulos

O texto também define que, caso seja comprovado o descumprimento da legislação, serão cassados os registros do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (Drap) e o registro ou diploma dos candidatos a ele vinculados, sejam eles autores ou beneficiários da irregularidade. O projeto estabelece ainda a aplicação

de multa ao partido e aos responsáveis pela conduta.

No ranking mundial de representação feminina no parlamento, criado pela União Interparlamentar, o Brasil encontra-se na 132ª colocação, entre 193 países que fazem parte da organização.

Mailza ressalta no texto a necessidade de criação de mecanismos para estimular a maior participação política das mulheres e a importância das medidas tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral nas últimas eleições para estimular as candidaturas femininas.

— Em 2018, quando não foram criados obstáculos à participação feminina na política, sua representatividade cresceu significativamente, demonstrando que, ao contrário do propagado, mulheres se interessam, sim, pela nobre atividade política e, quando apoiadas pelos seus partidos, possuem candidaturas viáveis e competitivas — explicou a senadora no Plenário.

Segundo Mailza, em vez de discutir a extinção da cota de gênero, como prevê o PL 1.256/2019, do senador Angelo Coronel (PSD-BA), também em análise na CCJ, o Legislativo deveria criar instrumentos para combater as fraudes eleitorais e lutar por maior igualdade de gênero na política.

— A intenção é fomentar as candidaturas femininas e, ao mesmo tempo, responsabilizar todos os envolvidos, principalmente o partido, caso existam casos de fraudes a cotas de gênero. Estou empenhada em contribuir e superar esse cenário de desigualdade em nosso país.



Waldemir Barreto/Agência Senado - 25/03/2019

Mailza quer coibir fraudes e incentivar candidaturas de mulheres

### RÁPIDAS

#### AUDIÊNCIA DISCUTE HOJE DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO

O Dia Internacional de Conscientização do Autismo, celebrado amanhã, será tema da audiência pública interativa que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, a partir das 14h. Um dos temas que serão abordados é o cumprimento da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei 12.764, de 2012.

#### SENADO DEBATE A INFLUÊNCIA DAS FAKE NEWS NA SOCIEDADE

A CDH realiza hoje, às 9h, audiência sobre a influência das fake news na sociedade, requerida por Paulo Paim (PT-RS). Estão convidados a gerente de Políticas Públicas do Facebook, Mônica Rosina, o gerente de Assuntos Governamentais do Google Brasil, Marcos Pereira, o gerente de Políticas Públicas do Twitter, Fernando Gallo, o presidente da SaferNet, Thiago Tavares, e a ativista do coletivo Intervenções Beatriz Barbosa.

# Há 100 anos, Epitacio se elegeu presidente sem estar no Brasil

Vencedor da eleição de 1919 estava na Europa, representando o Brasil na Conferência de Paz de Paris. Na Primeira República, conchavos políticos e fraudes eleitorais permitiam que o candidato oficial vencesse sem nem mesmo fazer campanha

Ricardo Westin

HÁ 100 ANOS, os brasileiros votaram na eleição presidencial mais esdrúxula da sua história. Num caso sem paralelo, os eleitores que foram às urnas em 13 de abril de 1919 deram vitória a um candidato que havia passado todo o período eleitoral em Paris. Foi Epitacio Pessôa, que não voltou ao Brasil nem sequer para fazer campanha ou votar.

Epitacio só chegou ao Rio de Janeiro em julho, já presidente eleito, a bordo de um transatlântico. Faltava uma semana para a posse.

Ele não estava na Europa a passeio. Epitacio era o chefe da delegação brasileira enviada à Conferência de Paz de Paris, na qual os países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial acertaram os termos de paz com os derrotados.

A curiosa eleição de abril de 1919 foi fora de época. Em janeiro, o Brasil havia sido sacudido pela morte do presidente Rodrigues Alves, por gripe espanhola, sem chegar a assumir o segundo mandato. Desde novembro de 1918, quando ele adoeceu, o Brasil vinha sendo governado interinamente pelo vice, Delfim Moreira.

Os brasileiros, então, foram chamados de novo às urnas. Quando a inesperada sucessão foi aberta, Epitacio já estava fora do Brasil. Uma carta dos caciques políticos logo chegou ao Plaza, o hotel cinco estrelas onde o brasileiro estava hospedado em Paris, avisando que ele se preparasse, pois seria o candidato do *establishment*.

“É um honra tão insigne quanto inesperada”, respondeu Epitacio num telegrama destinado ao vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo (MT). “A espontaneidade da designação, feita em minha ausência e sem nenhuma sugestão da minha parte, me convence de que a própria República é que reclama meus serviços no posto supremo do seu governo.”

O Senado foi um ator político bastante presente nessa eleição. Primeiro, porque os dois candidatos eram senadores: Epitacio, representante da Paraíba, derrotou o colega Ruy Barbosa, da Bahia. Segundo, porque a Casa foi o palco da convenção nacional que apresentou Epitacio à população como o candidato oficial da elite política. Terceiro, porque a apuração final coube ao Senado e à Câmara dos Deputados, que tinham poder para anular os votos que considerassem fraudulentos.

Hoje, em seu acervo histórico, o Arquivo do Senado guarda uma série de documentos de 1919 que ajudam a explicar como um candidato se elegeu presidente estando no outro lado do Atlântico e sem nem sequer mover uma palha. Entre esses documentos, estão discursos de parlamentares.

O senador Francisco Sá (CE), um dos raros políticos que aderiram à candidatura oposicionista de Ruy Barbosa, chamou a eleição brasileira de “cena teatral”. Ele já sabia que Epitacio Pessôa ganharia sem dificuldade. Indignado, Sá discursou:



Jornal noticia chegada de Epitacio Pessôa ao Brasil três meses depois da eleição presidencial

— Ruy Barbosa representa a reação contra os processos iliberais das escolhas feitas à revelia do povo, contra as combinações do predomínio regional e contra as ambições abrigadas no segredo dos conclaves oficiais.

Com poucas palavras, descreveu toda a engrenagem que movia a política da Primeira República (1889-1930).

Em boa parte do período, o grande poder não estava nas mãos do presidente, mas nas dos chefes políticos dos estados (em especial São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul). Os coronéis tinham tanta força, que quem de fato escolhia os presidentes do Brasil eram eles. Os ocupantes do Palácio do Catete, em retribuição, evitavam se intrometer nos mandos e desmandos dos feudos estaduais.

## Conchavos

O senador Soares dos Santos (RS) defendeu a candidatura de Epitacio:

— O futuro presidente deve ser uma garantia para a estabilidade do regime vigente. Ninguém poderá negar o perigo que trariam as tentativas de reformas políticas na atualidade.

De forma indireta, Santos atacou os planos de Ruy Barbosa de reformar a Constituição para fortalecer o Supremo Tribunal Federal (STF). Para que o STF pudesse crescer, os estados, o presidente e o Congresso teriam que se enfraquecer — contrariando toda a lógica da Primeira República.

A escolha do presidente passava por três etapas. A primeira ocorria nos bastidores, onde os chefes políticos dos estados negociavam até chegarem a um nome de consenso. As negociações eram complicadas e podiam se estender por até dois anos.

Segundo uma pesquisa da historiadora Cláudia Viscardi, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ao menos 40 medalhões participavam dos conchavos para a escolha dos presidentes. Entre eles, estavam ex-presidentes, ministros, senadores, deputados, governadores, integrantes do STF, militares e até donos de jornal.

Essa era a fase decisiva. As duas seguintes eram apenas jogos de cena que buscavam dar um verniz democrático à eleição. Na segunda etapa, o candidato escolhido era levado a uma convenção nacional, na qual

votavam senadores e deputados. Em fevereiro de 1919, reunidos no Senado, os convencionais aclamaram, claro, Epitacio Pessôa.

Na terceira e última etapa, os eleitores votavam. No dia da eleição, para que o presidenciável do *establishment* saísse vitorioso nas urnas, os coronéis colocavam em ação as fraudes e os votos de cabresto.

Por essa razão, os políticos que disputavam a Presidência da República não precisavam fazer corpo a corpo com os eleitores nem discursar em comícios. A vitória viria de qualquer maneira. Foi por isso que Epitacio nem pisou no Brasil no período eleitoral.

Na convenção de 1919, o deputado Flores da Cunha (RS) tentou justificar a inexistência de campanhas eleitorais:

— Não é no bulício das ruas nem na turbulência dos comícios que se pondera sobre assuntos de tanta relevância.

— É no palácio dos kaisers e dos czares — retrucou um parlamentar provocador que o taquígrafo do Senado não conseguiu identificar.

Epitacio Pessôa, na realidade, não era o nome preferido das oligarquias estaduais. Os paulistas desejavam que o novo presidente fosse o governador de São Paulo. Os mineiros, que fosse o governador de Minas Gerais. Um estado não queria ceder ao outro.

— É um mito a ideia de que São Paulo e Minas Gerais viveram em paz dividindo o poder. Foi uma relação cheia de desconfianças e conflitos — explica Cláudia Viscardi, da UFJF.

Em 1919, como o tempo para as negociações em torno do candidato oficial era muito curto, os dois estados acharam mais prudente optar logo por alguém de um estado pequeno e neutro. Em apenas um mês, longe dos holofotes, o martelo foi batido a favor do senador paraibano.

Na eleição de 100 anos atrás, Epitacio ficou com 71% dos votos. Ruy, com 29%. Dias depois de o vencedor chegar de Paris, o Senado e a Câmara o homenagearam com um baile de gala no Clube dos Diários, no Rio de Janeiro, que virou a madrugada.

**SAIBA MAIS**  
Estudo sobre eleições na Primeira República:  
<http://bit.ly/CafeComLeite>



Palácio Conde dos Arcos, sede do Senado, abrigou evento que oficializou candidatura de Epitacio